

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007819-97.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ANDRE AUGUSTO ANTONIAZZI**
 Requerido: **Banco Panamericano Arrendamento Mercantil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

André Augusto Antoniazzi moveu ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais em face de Banco Pan S.A.

Disse que realizou contrato de arrendamento com a requerida, tendo problemas anteriores, o que o levou a outra ação judicial que já transitou em julgado, por conta de uma indevida negativação.

Agora, afirma que todas as parcelas foram pagas e que, após a quitação, solicitou a emissão do DUT, que não lhe foi entregue.

Em dezembro de 2014, transferiu o bem a terceiro e seguindo orientações da requerida, preencheu uma declaração de "exercício de opção de compra em contrato de arrendamento mercantil", enviando a ela, juntamente do recibo de transferência da moto, para que o veículo fosse transferido ao terceiro. Ocorre que a requerida lhe devolveu os documentos e informou que não poderia efetuar a transferência pois o contrato não fora quitado.

Assim, requereu o fornecimento do DUT, a declaração de inexistência de débitos e a condenação em danos morais.

Em contestação o banco sustentou preliminares (já afastadas pela decisão de fl. 136). Quanto ao mérito, disse que o documento foi entregue pelo correio, conforme fl. 116, não havendo objeto para o presente feito. Ainda, disse que não há danos morais indenizáveis.

Conciliação infrutífera por ausência da parte ré (fl. 130).

Em réplica, a parte autora aduziu que o banco pretende levar o juízo a erro, não tendo cumprido a sua obrigação.

Tutela antecipada concedida à fl. 136.

O banco requereu o julgamento antecipado e às fls. 141/144 voltou a afirmar que a obrigação foi cumprida.

É o relatório.

Decido.

Como já referido, as questões preliminares já foram decididas.

Quanto ao mérito, a contestação não controverteu o pedido de reconhecimento da quitação do contrato e, assim, óbvia a conclusão.

Quanto ao suposto cumprimento da obrigação, o banco insistiu, em diversas oportunidades, que o DUT foi entregue à parte autora, sendo que, por último, fez isso à fl. 143, informando que o AR fora recebido pelo próprio autor aos 22/04/2015, tendo a correspondência o código de rastreio: JH612905946BR.

Ocorre que desde a sua inicial o autor informou que atendendo a pedido do banco,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

o DUT lhe foi enviado para preenchimento, sendo devolvido, junto de outros documentos, por meio do AR citado pela ré (fls. 15/18), com a informação, *verbis* (fl. 17).

"Contrato em aberto. Para efetuar a transferência é necessário realizar a quitação do contrato."

Assim, resta evidente que o banco se negou a cumprir com a sua obrigação mesmo estando pago o contrato, o que não é de se admitir.

A *via crucis* pela qual passou o autor, que até o presente momento não obteve o cumprimento da obrigação por parte do banco supera, em muito, o corriqueiro aborrecimento do dia-a-dia, inclusive porque mesmo durante o feito a parte ré reluta em admitir o erro.

Assim, fixo os danos morais em R\$5.000,00, quantia razoável a minorar os aborrecimentos sofridos pelo autor.

Julgo procedentes os pedidos para:

- 1) reconhecer quitado o contrato entre as partes;
- 2) determinar o pagamento, ao autor, de R\$5.000,00 a título de danos morais e
- 3) tornar definitiva a antecipação de tutela de fl. 136, para que o banco requerido entregue ao autor o DUT, possibilitando a transferência do veículo a terceiro.

A multa fixada à fl. 136 fica limitada a R\$20.000,00.

Como o fator tempo já foi considerado para a fixação do *quantum*, os danos morais receberão correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês contados da data de publicação da presente sentença.

Sucumbente por completo, arcará a parte ré com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$1.000,00 (art. 20, §4º, do CPC).

PRIC

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

JUIZ DE DIREITO

(documento assinado digitalmente)

São Carlos, 29 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**